



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 857, de 21 de julho de 2020. - E-mail: casadoconselho@praiagrande.sp.gov.br

Ata de reunião ordinária realizada, em 01 de abril de 2025

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de 2025, às dezenove horas, na Casa dos Conselhos localizada na Rua Xavantes, nº 51, Bairro Tupi, Praia Grande-SP, sob a presidência do Senhor Jefferson Khary Maia da Conceição, reuniram-se em Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Praia Grande-SP os conselheiros e suplentes representantes da sociedade civil e representantes do poder público, além de convidados e visitantes, conforme assinaturas na Lista de Presença, para tratar da seguinte pauta, com o seguinte teor; **1) Respostas pendentes sobre o Fundo de Assistência à Cultura (FUNDAC); 2) Atualizações sobre o Plano Municipal de Cultura (PMC); 3) Nova Eleição de Conselheiros para o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC); 4) Feedback das Reuniões Setoriais dos Segmentos que compõem o Conselho de Cultura de Praia Grande; 5) Ausência de Conselheiros nas Últimas Três Reuniões; 6) Assuntos Gerais e Encaminhamentos Finais.** O presidente Jefferson Maia iniciou a reunião comentando sobre a dificuldade enfrentada nos últimos dois meses pelo Conselho de Cultura para realizar encontros com quórum. Foram três tentativas de reunião – duas ordinárias e uma extraordinária – que não puderam ocorrer de forma oficial devido à ausência do número mínimo de conselheiros. Apesar disso, Jefferson destacou o esforço contínuo do conselho em buscar meios de avançar nas discussões e tratar das pautas culturais com seriedade e comprometimento, mesmo diante das limitações. Em seguida, mencionou que, antes da leitura integral da pauta, faria uma breve pausa, atendendo a uma solicitação da secretária Kelly Franco e de outros participantes, para um momento de silêncio em homenagem à perda significativa para o cenário cultural de Praia Grande: a atriz e agente cultural Mariana Paro (Mariah), que faleceu. O gesto foi dedicado à memória de Mariah, como sinal de respeito, carinho e reflexão por sua contribuição à cultura local. Após esse momento, o presidente leu toda a pauta e, após aprovação por unanimidade, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem à atriz e agente cultural.

1) Respostas pendentes sobre o Fundo de Assistência à Cultura (FUNDAC); O presidente Jefferson Maia passou a palavra ao subsecretário Alan Queiroz, que apresentou documentos com respostas aos questionamentos sobre o FUNDAC e informou que os dados atualizados do FMC seriam encaminhados posteriormente por e-mail e registrados em ata. Alan informou que o saldo anterior do FUNDAC era de R\$ 592.877,38 e que o valor atual disponível é de R\$ 10.019,04, esclarecendo que, na transição para o Fundo Municipal de Cultura (FMC), os recursos remanescentes serão integralmente destinados ao novo fundo. Sobre o FMC, informou que anteriormente havia apenas uma rubrica contábil, mas que agora o fundo já possui conta bancária própria. Registrou os valores acumulados até então, sendo R\$ 175.573,71 até 2024 e R\$ 10.070,70 em 2025. Tato Sanches questionou a diferença entre os valores anteriormente divulgados e o saldo atual, e Alan explicou que se tratavam de fundos distintos, ressaltando que os recursos do FUNDAC foram utilizados em ações e eventos culturais, cujas informações estão disponíveis no Portal da Transparência. Tato demonstrou preocupação sobre a falta de clareza quanto à aplicação dos recursos e se os gastos seguiram as prioridades da classe artística. Alan esclareceu que a gestão dos recursos do FUNDAC era de responsabilidade da administração municipal e que o novo FMC foi criado para garantir maior organização e transparência na aplicação dos recursos culturais. Em seguida, Zé Paulo destacou a necessidade de esclarecer historicamente a diferença entre recursos destinados à Cultura e ao Turismo, além de questionar a autonomia que o antigo modelo concedia ao secretário para utilização de valores sem aprovação prévia. Critica o fato de mais de R\$ 500 mil terem sido reduzidos a cerca de R\$ 10 mil e defende que deveria ter havido uma transferência formal dos recursos do FUNDAC para o Fundo Municipal de Cultura. solicita que **conste em ata o pedido de comprovação, com extratos detalhados de 2020 a 2024**, incluindo notas fiscais, contratos e balancetes que mostrem como os recursos do FUNDAC foram utilizados. Reforça que isso é fundamental para garantir a transparência, especialmente diante das diversas inconsistências apontadas na prestação de contas da prefeita, que, segundo ele, revelou absurdos. Zé Paulo questionou a redução dos recursos do FUNDAC, que teriam passado de mais de R\$ 500 mil para cerca de R\$ 10 mil, e solicitou que constasse em ata o pedido de apresentação de extratos detalhados de 2020 a 2024, incluindo notas fiscais, contratos e balancetes, para



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 857, de 21 de julho de 2020. - E-mail: casadoconselho@praiagrande.sp.gov.br

Ata de reunião ordinária realizada, em 01 de abril de 2025

comprovar a utilização dos recursos. Os conselheiros destacaram a necessidade de transparência na utilização dos recursos culturais, reforçando que os questionamentos têm como objetivo compreender a destinação dos valores e não realizar acusações. Alan Queiroz informou que parte das informações está disponível no Portal da Transparência e esclareceu que não houve transferência de recursos do FUNDAC para o Fundo Municipal de Cultura (FMC), que atualmente possui cerca de R\$ 175 mil em rubrica própria, enquanto o FUNDAC mantém saldo aproximado de R\$ 10 mil. Janaína Amaral questionou a reativação do FUNDAC após a criação do Sistema Municipal de Cultura em 2020, apontando possíveis inconsistências jurídicas e solicitando documentos, pareceres e acompanhamento da aplicação dos recursos por meio de comissão ou grupo de trabalho. Alan afirmou que a legislação do Sistema Municipal de Cultura permanece vigente. Tato Sanches demonstrou preocupação com a diferença entre a existência legal do FMC e sua efetiva estrutura financeira, questionando a utilização de recursos do FUNDAC em grandes despesas enquanto a classe artística aguarda investimentos para ações culturais da sociedade civil. Defendeu equilíbrio entre grandes eventos promovidos pelo município e o fortalecimento da cultura de base nos bairros. Zé Paulo reforçou as preocupações dos artistas sobre a gestão orçamentária da Cultura, questionando modelos de contratação e a aplicação dos recursos públicos, com o objetivo de garantir maior transparência, participação e apoio aos produtores culturais locais. Defendeu que os recursos do FUNDAC e do Fundo Municipal de Cultura sejam utilizados para fomentar a produção cultural local, com participação do Conselho Municipal de Cultura no acompanhamento da aplicação dos recursos. Destacou as dificuldades enfrentadas por artistas, muitos dos quais atuam de forma voluntária e têm dificuldades para acessar editais por falta de apoio técnico na elaboração de projetos. Sugeriu maior investimento na Cultura, propondo a destinação de percentual do orçamento municipal ao Fundo Municipal de Cultura e a contratação de profissionais capacitados para auxiliar os agentes culturais. Alan Queiroz reconheceu que as demandas apresentadas representam preocupações da comunidade cultural e destacou avanços recentes, como as leis de incentivo à cultura. Defendeu a criação de uma Lei Municipal de Incentivo à Cultura e informou que há discussões para direcionar recursos de outras áreas, como o turismo, ao Fundo Municipal de Cultura. Explicou que a gestão do fundo será realizada por uma comissão formada por representantes do poder público e da sociedade civil, enquanto o Conselho Municipal de Cultura terá papel de acompanhamento e fiscalização. O presidente Jefferson Maia solicitou esclarecimentos sobre a diferença entre gerir e acompanhar os recursos. Alan explicou que a gestão direta ficará com a comissão do Fundo Municipal de Cultura, cabendo ao Conselho fiscalizar. Jefferson reforçou a importância de deixar claras essas atribuições, lembrando que, em situações anteriores, conselheiros foram responsabilizados por decisões sobre as quais não tinham participação ou conhecimento.

2. Atualizações sobre o Plano Municipal de Cultura (PMC); O subsecretário Srº Alan Queiroz informou que o Plano Municipal de Cultura (PMC) está cerca de 80% concluído, aguardando apenas a inclusão de dados estatísticos. A versão aprovada pelo Conselho Municipal de Cultura foi encaminhada à Secretaria de Cultura, incluindo os setores administrativo e jurídico, para análise e adequações antes da audiência pública, garantindo alinhamento com a legislação e com as ações já desenvolvidas pela gestão. Informou que a audiência pública está prevista para a primeira quinzena de maio e será o momento final de revisão do documento, com possibilidade de ajustes e validação da versão definitiva junto ao Conselho. Também comunicou que o cronograma da PNAB será compartilhado com a sociedade civil. Janaína Amaral manifestou preocupação com o volume de informações a serem discutidas em um único encontro e sugeriu uma etapa prévia de debate com as setoriais, para que os conselheiros possam analisar o conteúdo com antecedência. Alan esclareceu que o documento possui aproximadamente 20 a 25 páginas, sendo grande parte composta por dados e diagnósticos, com uma parte propositiva mais reduzida. Tato Sanches e Peu reforçaram a importância da disponibilização antecipada da pré-minuta do plano, permitindo que os agentes culturais tenham tempo para ler, discutir e apresentar contribuições qualificadas. Alan concordou com a proposta e sugeriu que os conselheiros realizem encontros com suas respectivas áreas para levantar demandas e sugestões. Ao final, Tato destacou que, além dos encontros setoriais, é fundamental disponibilizar o documento com antecedência mínima de dez dias,



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 857, de 21 de julho de 2020. - E-mail: casadoconselho@praiagrande.sp.gov.br

Ata de reunião ordinária realizada, em 01 de abril de 2025

possibilitando a participação de pessoas que não consigam comparecer às reuniões presenciais, mas que desejam contribuir por outros meios.

3) Nova Eleição de Conselheiros para o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC); Srº Subsecretário Alan Queiroz, representante do poder público, abriu a fala sugerindo que o Conselho definisse entre seus membros quem participaria da comissão para a organização da próxima eleição. Informou que o poder público também indicará dois representantes, totalizando quatro membros (dois do Conselho e dois da Secretaria), iniciando assim os trabalhos de organização do processo eleitoral. Alan recordou que, na eleição anterior, foi realizado um chamamento para interessados na elaboração da minuta do edital, com a regra clara de que quem participasse dessa comissão não poderia se candidatar, ponto que ele considera importante manter. Janaína Amaral interrompeu brevemente para dizer que essa regra já está prevista no Sistema Municipal de Cultura, no regimento interno e na legislação vigente, que define como deve ser realizada a eleição do Conselho. Afirmou que o regimento prevê que o processo siga conforme a lei municipal de cultura e, portanto, qualquer alteração demandaria mudança em decreto, o que não seria viável a tempo. Tato Sanches complementou, questionando se apenas conselheiros poderiam participar da comissão ou se também seria possível incluir pessoas da sociedade civil que não estejam no Conselho, visto que alguns conselheiros desejam disputar a reeleição e, portanto, não poderiam integrar a comissão eleitoral. Alan respondeu que a proposta é montar uma comissão que acompanhe o processo eleitoral e que será necessário lançar um chamamento para interessados em compor essa comissão, reiterando que quem fizer parte dela não poderá se candidatar. Pontuou ainda que todo o processo será acompanhado pelo Conselho de Cultura, que deverá zelar pelo cumprimento dos prazos e pela lisura dos trâmites. Seguindo a ordem de falas, um agente cultural (não identificado) complementou a fala de Tato, afirmando que não há obrigatoriedade de a comissão ser formada exclusivamente por conselheiros. Zé Paulo disse que conselheiros podem participar da comissão desde que não sejam candidatos. Janaína, com o documento em mãos, leu o Decreto nº 7742/2023, que define no Art. 15 que o processo de eleição dos conselheiros da sociedade civil será coordenado por uma comissão eleitoral composta por seis membros, sendo quatro indicados pelo Secretário de Cultura e Turismo e dois representantes da sociedade civil selecionados via edital. Janaína argumentou que essa composição é inadequada e propôs alteração imediata do decreto para que a comissão seja paritária (três representantes do poder público e três da sociedade civil), frisando a urgência dessa mudança. Alan concordou com a proposta de paridade (3x3) na composição da comissão. Tato reforçou a importância dessa alteração e destacou que os membros da comissão eleitoral serão escolhidos por edital, sem obrigatoriedade de serem conselheiros. Defendeu que o Conselho, junto à Secretaria de Cultura, organize a seleção dessas pessoas, e que a Prefeitura já possui uma comissão técnica de avaliação que pode contribuir no processo, evitando conflitos de interesse. Janaína sugeriu que, além da alteração da paridade, seja incluída no decreto uma regulamentação sobre os suplentes: quem são, como se dá a ocupação de suplência, etc. Alan pontuou que essa mudança só pode ser feita por meio de alteração na lei, pois o decreto apenas regulamenta o processo eleitoral. Tato acrescentou que futuramente também se pretende revisar a composição das cadeiras do Conselho, especialmente no caso da unificação das áreas de Audiovisual e Artes Visuais, que, segundo ele, deveriam ser cadeiras distintas por tratarem de segmentos diferentes. Foi acordado como encaminhamento que essa alteração de separação das cadeiras constará como pedido formal do Conselho. Alan sugeriu ainda a inclusão de uma cadeira específica para o setor do Artesanato, o que foi reforçado por Janaína, observando que muitas cidades já possuem essa separação entre Artes Visuais e Artesanato. Alan concordou, afirmando que se trata de setores distintos. Tato ponderou que a criação de novas cadeiras exige atenção, pois, pela regra de paridade, ao aumentar uma cadeira da sociedade civil, é necessário aumentar também uma do poder público. Tato Sanches defendeu cautela na criação de novas cadeiras no Conselho, considerando a dificuldade atual de preenchimento das vagas, e sugeriu que eventuais recomposições sejam avaliadas na próxima gestão, buscando maior participação e organização das setoriais. Janaína Amaral propôs que a presidência do Conselho seja sempre exercida pela sociedade civil, visando fortalecer sua autonomia. O presidente esclareceu que o regimento já prevê alternância entre representantes do poder público



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 857, de 21 de julho de 2020. - E-mail: casadoconselho@praiagrande.sp.gov.br

Ata de reunião ordinária realizada, em 01 de abril de 2.025

e da sociedade civil. Foi explicado que a mudança na presidência ocorreu após o afastamento por motivo de saúde da então presidente Isabel Samegima, conforme previsto nas regras de substituição. Também foi discutida a criação de uma cadeira voltada ao patrimônio e à preservação histórica. Alan informou que a proposta pode ser avaliada, mas ressaltou que a vaga não pode ser destinada exclusivamente a uma instituição específica, devendo permanecer aberta à participação de interessados por meio de processo eleitoral.

4. Feedback das Reuniões Setoriais dos Segmentos que compõem o Conselho de Cultura de Praia Grande; O conselheiro Enzo, da cadeira de Música, apresentou levantamento sobre as tendas de verão, apontando problemas técnicos relatados por cerca de 40 músicos, como falhas em equipamentos, cabos e instalações elétricas. Informou que elaborou um documento com os problemas e sugestões de melhorias, já encaminhado à Secretaria de Cultura, e solicitou retorno sobre as providências. Carlos Henrique destacou a necessidade de ampliar a divulgação das setoriais e facilitar o acesso da sociedade civil ao Conselho. Sugeriu fortalecer os canais de comunicação e retomar estratégias de apresentação dos conselheiros e suas áreas de atuação. Gabriê José e Tato Sanches reforçaram a importância da realização periódica dos fóruns setoriais, considerados espaços fundamentais de participação da sociedade civil. Defenderam maior divulgação do Conselho, aproveitando eventos culturais e turísticos para aproximar novos agentes culturais e ampliar a participação. Fátyma, da área de Livro, Leitura e Literatura, relatou dificuldades enfrentadas pelos escritores locais, como falta de espaços para lançamentos e desmotivação pela ausência de incentivos. Relembrou a proposta de criação de uma feira literária municipal e destacou a possibilidade de retomada do projeto com apoio de editais e parcerias. Alan informou que a proposta chegou a ser estruturada antes da pandemia e que há interesse de editoras em colaborar. Outros conselheiros defenderam que a iniciativa seja planejada de forma ampla, contemplando diferentes segmentos culturais e estabelecendo estratégias de crescimento. Alan informou ainda que o Cadastro de Agentes Culturais está finalizado, aguardando apenas ajustes finais, com previsão de lançamento próximo. Explicou que o cadastro permitirá atualizações de informações e, futuramente, terá novas etapas para incluir espaços culturais, coletivos e outros grupos. Zé Paulo reforçou que a falta de apoio e incentivos afeta todos os segmentos culturais, causando desmotivação entre os artistas. Destacou a importância de garantir estrutura adequada para manifestações culturais e fortalecer o diálogo com as comunidades. Ao final, Jefferson Maia abordou a alta quantidade de faltas nas reuniões do Conselho, informando que já foram realizadas notificações e encaminhamentos. Destacou casos de conselheiros com faltas injustificadas que resultaram em perda de mandato conforme o regimento. Zé Paulo questionou a ausência de representantes do poder público e sugeriu melhorias na comunicação e na liberação dos servidores para participação nas reuniões. Tato apontou a necessidade de aperfeiçoar o sistema de suplência para garantir maior continuidade na representação dos segmentos.

5) Ausência de Conselheiros nas Últimas Três Reuniões; O presidente Jefferson Maia declarou oficialmente a destituição de Márcio Atanázio e de Leonildo (Mestre Goleiro), conforme previsto no regimento, solicitando que conste em ata. A agente cultural Gabriê sugeriu que, caso as reuniões setoriais estivessem ocorrendo regularmente, seria possível eleger representantes diretamente nelas para preencher as vacâncias. Jefferson lembrou que eram 21h20 e que o espaço precisava ser entregue, mas foi questionado por Gabriê sobre os Assuntos Gerais ainda não discutidos. O subsecretário Alan Queiroz solicitou licença para se retirar devido ao horário, despedindo-se cordialmente de todos os presentes.

6) Assuntos Gerais e Encaminhamentos Finais; Nos assuntos gerais, o agente cultural Gabriê José comunicou o falecimento da agente cultural Mariah Parolly e, em seguida, apresentou uma manifestação sobre uma situação de transfobia vivenciada durante sua participação no Conselho, solicitando que seu relato constasse integralmente em ata. Relatou que sofreu desrespeito em relação à sua identidade de gênero, com uso incorreto de pronomes e ausência de um posicionamento institucional adequado, o que teria contribuído para seu desligamento do cargo de suplente. Solicitou um pedido público de desculpas e um compromisso do



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 857, de 21 de julho de 2020. - E-mail: casadoconselho@praiagrande.sp.gov.br

Ata de reunião ordinária realizada, em 01 de abril de 2025

Conselho no enfrentamento à transfobia e outras formas de opressão. Janaína Amaral manifestou solidariedade a Gabriê, destacando a importância do acolhimento, do respeito aos pronomes e de um posicionamento institucional diante de situações de violência contra pessoas trans. Defendeu que a questão seja tratada como responsabilidade coletiva e não como um caso isolado. Durante os debates, Tato Sanches ressaltou que o tema deve ser tratado de forma educativa e institucional, evitando a revitimização. Fernando Cruz destacou a gravidade da situação e sugeriu medidas formais, mas também foi corrigido após utilizar pronome inadequado ao se referir a Gabriê. Peu relatou que havia orientado Gabriê anteriormente a registrar a ocorrência e também se desculpou após cometer o mesmo equívoco. O presidente Jefferson Maia tentou contextualizar o histórico da denúncia, mencionando comunicação anterior recebida de Gabriê, mas houve questionamentos sobre a exposição do conteúdo. Gabriê explicou que o pedido inicial de descrição não anulava a necessidade de manifestação pública diante dos acontecimentos posteriores. Kelly Franco reconheceu sua responsabilidade pela demora em compreender e agir diante da situação, pediu desculpas publicamente a Gabriê e afirmou ter enfrentado limitações de acesso e comunicação dentro do Conselho. Tato destacou que o episódio revelou problemas institucionais e defendeu a realização de espaços específicos e adequados para tratar de temas sensíveis. Ao final, Gabriê reforçou que os fatos estão registrados em gravações e documentos, afirmou que deixou o Conselho devido à violência vivenciada e agradeceu pelo espaço de fala concedido.

Encaminhamentos: Como encaminhamento final, Kelly Cristina Elvas Franco, Secretária e representante da cadeira de Teatro e Circo, solicitou a produção de uma carta aberta de pedido de desculpas institucional. Ao conselheiro Gabriê sugeriu que os conselheiros realizassem diálogo interno previamente à publicação do referido documento. O Presidente Jefferson Khary Maia da Conceição informou, ainda, que será marcada uma reunião presencial com todos os conselheiros para dar continuidade ao tema. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião às 21h18. Eu, Kelly Cristina Elvas Franco, secretariei e lavrei a presente ata a pedido do Presidente. Para que produza seus efeitos legais, firmo o presente documento juntamente com o Sr. Jefferson Khary Maia da Conceição, Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Praia Grande/SP. Por ser verdade, firmamos e damos fé.

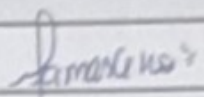
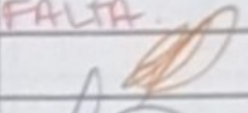
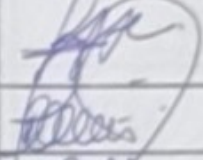
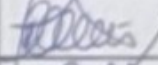
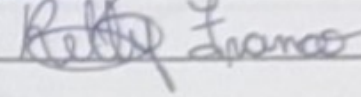
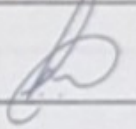
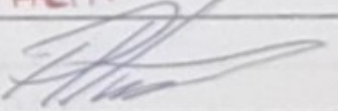
Assinaturas:

Presidente: Jefferson Khary Maia da Conceição

Secretária: Kelly Cristina Elvas Franco

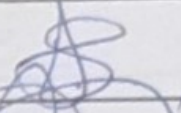
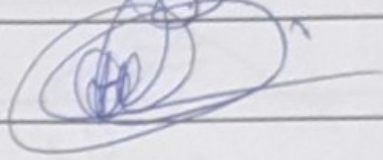
01.04.2025 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE PRAIA GRANDE-SP

CONSELHEIROS (AS) - SOCIEDADE CIVIL

	NOME COMPLETO	E-MAIL	TELEFONE DE CONTATO	CADEIRA QUE REPRESENTA	ASSINATURA
1	Carlos Henrique Damasceno Alves	damascenoalvescarlos@gmail.com	13 99105-5675	Dança - Titular	
2	Carolina Jones Leal	cacaudance@gmail.com	13 98230-5040	Dança - Suplente	FALTA
3	Enzo Enrico Pacheco Orellana	enzo.enrico2023@gmail.com	13 98864-0444	Música - Titular	
4	Fátima Aparecida Jaguanharo Carvalho	fatima.jaguanharo@gmail.com	13 99628-6300	Livro, Leitura e Literatura - Titular	
5	Jefferson Khary Maia da Concelção	jmprodeventos86@gmail.com	13 99171-3765	Cultura Étnica - Titular	
6	Kelly Cristina Elvas Franco	kellyfranco.teatro@gmail.com	13 98165-7637	Teatro e Circo - Titular	
7	Kleber Fernando da Silva Pinto	kleber.ray.lg@gmail.com	13 98213-4389	Artes Visuais e Audiovisual - Suplente	FALTA
8	Leonardo Augusto Fernandes Alves	leonardo.br@msn.com	11 95500-7990	Cultura LGBTQIA+ - Titular	
9	Leonildo Antonio Modesto	acpp.mestreangoleiro@gmail.com	13 99210-7238	Cultura Popular - Titular	FALTA
10	Marcio Atanazio Oliveira Silva Peianov	marcioatanaziopraia grande@gmail.com	13 98202-9376	Artes Visuais e Audiovisual - Titular	FALTA
11	Petterson Cesar de Souza	peu.grafitepg@gmail.com	13 99635-9625	Hip Hop e Cultura Urbana - Titular	
12	Roberto França	bethofrantinelli@gmail.com	13 99134-6211	Teatro e Circo - Suplente	FALTA
13	Valesca Rizzutti Soares	valrizzutti@gmail.com	13 997601921	Cultura Digital e Comunicação - Titular	FALTA

01.04.2025 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE PRAIA GRANDE-SP

CONSELHEIROS (AS) - PODER PÚBLICO

	NOME COMPLETO	E-MAIL	TELEFONE DE CONTATO	SECRETARIA QUE REPRESENTA	ASSINATURA
1	Selma Cristina Granero Besare Pompeu	secturcultural@praia-grande.sp.gov.br	(13) 992083899	SECTUR	
2	Alan Queiroz	secturgestao cultural@praia-grande.sp.gov.br	13 997632458	sectur	
3	Maria Raulda Costa	costamariaraulda46@hotmail.com	13 988426680	Cidadania	
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

01.04.2025 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE PRAIA GRANDE-SP

CONVIDADOS (AS) E VISITANTES

	NOME COMPLETO	CONTATO (E-MAIL E/OU TELEFONE)	SEGMENTO, COLETIVO OU SETOR QUE REPRESENTA	ASSINATURA
1	Guilherme A. Moraes	13 98850 7635	Sociedade Civil	Guilherme
2	Iziz Almeida	(13) 99143-5535	Sociedade Civil	Iziz
3	Mário Roberto Rosa	11 98319 5528	ÁUDIO VISUAL LITERATURA	Mário Roberto Rosa
4	Janaina Amara	11 9 6302 0506	Prod. cultural / AV	Janaina
5	Tato Sanchez	11 99382 6314	AV / circo / Prod. cult.	Tato
6	Gabriel José	13 98131 0537	Comunicação HIPHOP	Gabriel
7				
8				
9				
10				